



Ex.^{mo} Senhor
Professor Doutor António Cunha
Presidente do Conselho Diretivo
CCDR do Norte, IP

sec.presidente@ccdr-n.pt

CS

14966

V. Refª. / Y. Ref.

N. Refª. / Our Ref.

Data / Date

CLS-2163

30.07.2024

Assunto / Subject

Audiência prévia – Projeto de decisão relativo à classificação como monumento de interesse público (MIP) da Igreja de Nossa Senhora da Boavista e Centro Paroquial, no Porto, e à fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP).

Mensagem / Message

1. Sobre o assunto em epígrafe, comunico a V. Ex.^a que, com fundamento em proposta da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura de 11.10.2023, que mereceu a concordância do diretor-geral da DGPC em 29.12.2023, é intenção deste instituto propor a Sua Excelência a Secretária de Estado da Cultura a classificação como monumento de interesse público (MIP) da Igreja de Nossa Senhora da Boavista e Centro Paroquial, na Rua de Fernando Pessoa e na Rua de Azevedo Coutinho, Porto, freguesia de Ramalde, concelho e distrito do Porto, e a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), propostas pela Direção Regional de Cultura do Norte.

2. Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, os elementos relevantes do processo deverão estar disponíveis na página eletrónica dessa CCDR, pelo que este instituto autoriza, desde já, que seja estabelecida a hiperligação à sua página eletrónica www.patrimoniocultural.gov.pt, a qual será atualizada (Salvaguarda / Consultar / Consultas Públicas / 2024) na data da publicação do Anúncio no *Diário da República*.

3. Nos termos dos artigos 26.º do referido decreto-lei, a consulta pública terá a duração de 30 dias úteis.

4. Nos termos do artigo 28.º do referido decreto-lei, as observações dos interessados deverão ser apresentadas junto dessa unidade, que se pronunciará no prazo de 15 dias úteis.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Diretivo

João Soalheiro

Anexos:

- Proposta da SPAA do CNC, que inclui a planta com a delimitação dos bens a classificar e da zona especial de proteção (ZEP) a fixar;
- Proposta da DRC do Norte para a classificação como MIP e a fixação da ZEP
- Proposta inicial da DRC do Norte referida na informação final.